

SUBJETIVIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE NA BIBLIOTECONOMIA

Anna Maria Marques CINTRA
ECA-USP

RESUMO

Discute o texto de Rendón Rójas "Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecologia", publicado nesta mesma revista, com destaque para o tema da subjetividade e interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Subjetividade na Teoria da Ciência; Interdisciplinaridade; Biblioteconomia.

Normalmente, não é evidente a ação individual para a mudança de paradigma, pois trata-se de procedimento coletivo que se identifica mais com o viver que com o analisar. A análise, quando ocorre, se dá após alguns acontecimentos que sinalizam as novas direções da realidade.

Como salienta Sousa Santos (1987), há momentos em que o indivíduo tem uma sensação de estar perdendo algo, mas não sabe muito bem o que, de fato, está perdendo. É o que o autor chama de "perda da confiança epistemológica".

Na Biblioteconomia, como nas áreas em geral, vivemos essa sensação nesse limiar do terceiro milênio. Vivemos num tempo complexo de transição, marcado pela ambigüidade de acontecimentos síncronos que estão além e aquém deles. Percebemos que algo

vem mudando, mas estamos envoltos numa procura incerta, em meio à provável ruptura de paradigmas até há pouco aceitos como intocáveis.

É nesse contexto que o pensamento pragmático se evidencia, pois, como alerta Rojas (1996), é preciso que "a dialéctica del sujeto con el mundo que le rodea sea tomada en cuenta".

Essa nova maneira de ver a área provoca alterações significativas nos seus planos teóricos e práticos. Neste estudo, selecionamos dois aspectos suscitados pela leitura de Rojas: a subjetividade e a interdisciplinaridade como componentes dessa nova ordem que se esboça ou prenuncia.

A subjetividade em Biblioteconomia foi sempre rejeitada, pois, por um lado, tomava-se como tarefa primordial do especialista encontrar parâmetros universais para o tratamento, guarda e recuperação de informações, sem interferência da sua própria subjetividade, da consideração do Ser do usuário, e, por vezes, do contexto. Por outro lado, sendo uma área destinada a tratar o conhecimento abrangente da sociedade, facilmente foi tomada como área interdisciplinar, correndo dois riscos: o da inadequação conceitual desse termo e o da perda de seu próprio objeto.

SUBJETIVIDADE

De maneira geral, a forte presença da subjetividade na ciência leva o pesquisador de hoje a se ocupar mais com o possível e o impossível, do que com o verdadeiro e o falso. Mas, em que pese essa presença, a ponto de haver quem prognostique que, no próximo século, o polo catalisador da ciência em geral, será o das Ciências Humanas (Cf. Boaventura, 1987), ainda se toma como não científico um tipo de trabalho que tenha grande interferência da subjetividade.

Onde, propriamente, estaria a diferença entre objetividade e subjetividade? Tudo indica que enquanto a objetividade se atrela à comprovação pelo intelecto, pelo raciocínio ou pela prova dos sentidos, a subjetividade liga-se ao processo avaliativo de um sujeito.

Mas, numa abordagem pragmática, a oposição objetividade/subjetividade pode colocar o pesquisador diante de uma falsa oposição entre observar, avaliar e refletir. Poder-se-ia supor que a

observação pudesse se dar objetivamente, enquanto a avaliação e a reflexão, necessariamente, estariam comprometidas com a subjetividade. Na prática, a observação corresponde a uma leitura de um dado objetivo, feita por um sujeito.

Sabe-se que a leitura que o sujeito faz de um objeto é que lhe atribui sentido. Portanto, a observação, por mais controlada que seja, está sempre comprometida com os valores, com a bagagem de conhecimentos, com a finalidade do ato de ler daquele que "lê", ou observa. E a subjetividade, embora possa ser controlada, jamais será eliminada, seja da observação, seja da avaliação, seja da reflexão.

Na Biblioteconomia, como de resto em qualquer área, um dado objeto concreto pode ser visto ou tocado por um sujeito cuja visão perceptual, ou cuja experiência perceptual não se confunde com o objeto em si. Elas dependem do grau de apreensão do sujeito, num dado momento, numa dada situação, pois trata-se de um ato seletivo de passar a apreensão para a consciência, a partir da experiência.

Afirma Martins (1981, p. 25) que "Toda percepção de uma coisa tem sempre uma zona 'de generalidade, de intuição', um panorama que permite atenção.

Esta zona de generalidades é uma experiência consciente, é a possibilidade de gerar consciência de alguma coisa - consciência de tudo aquilo que tem uma possibilidade co-perceptiva." A percepção é, pois, uma tomada de consciência e, segundo o autor, ao tomar consciência, ao perceber, o ser humano está num estado de Ego acordado.

No mesmo nível do estado de consciência parece estar a compreensão que, enquanto estado básico do Ser, não se refere simplesmente ao estar habituado a fazer ou a dirigir alguma coisa, a ser competente para algo.

A compreensão refere-se à potencialidade de Ser e de conhecer aquilo de que se é capaz. Este saber do que é capaz não resulta de uma autopercepção, apenas imanente, mas resulta de um estado de consciência, de uma consciência presente.

E na compreensão está sempre implícita uma possibilidade de interpretação, uma possibilidade de apropriação e de apreen-

são daquilo que foi compreendido, portanto, presentifica-se um traço de subjetividade.

Assim, o ato de compreender não constitui apenas um ato racional; ao contrário, talvez, esteja mais dirigido para o emocional, para o estado-de-consciência, ou "estado-de-preocupação-atentiva do Ser".

Quando o cientista descobre uma lei, um princípio que rege determinado acontecimento, ele está atuando com o pensamento racional e objetivo. No entanto, quando ele compreende um dado fenômeno, ele chega a uma síntese que é só dele.

Portanto, qualquer objeto, mesmo aquele do universo do bibliotecário, está sujeito a mudanças de percepção, decorrentes das possibilidades de mudanças e de transformações na consciência, graças à seletividade, à prioridade que o indivíduo estabelece para ver. A compreensão se dá na concretude do homem, não na sua racionalidade.

A Biblioteconomia, como todas as áreas, passou pela influência da concepção cartesiana, segundo a qual o conhecimento se faria pelas vias da consciência, do raciocínio.

No final do século XVIII, com a valorização da busca do conhecimento científico através dos sentidos, houve alguma mudança que caminhou, para o século XIX, na direção da observação, priorizada pelos positivistas e levada a extremos pelos empiristas lógicos. No século XX, a demonstração alia-se à probabilidade, ao que é estatisticamente provável. Nesse contexto, busca-se anular a subjetividade do cientista, em nome da objetividade da ciência, do rigor metodológico.

Esse tipo de conhecimento adequou-se bem às ciências naturais, mas depois passou para as ciências sociais e psíquicas, com grande utilização da estatística. E a Biblioteconomia não passou isenta dessas tendências que, ainda hoje, interferem em trabalhos de especialistas, quando tentam assumir novos olhares científicos, que articulem as dificuldades do momento geradas pelas ambigüidades da transição, com as maneiras de pensar geradas pelas novas tecnologias da informação.

Como reflexo deste novo tempo, tem havido forte valorização das pesquisas qualitativas, ou seja das pesquisas que levam em conta o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Neste tipo de pesquisa, os dados coletados são, predominantemente, descritivos e a preocupação com o processo suplanta aquela com o produto. Neste tipo de investigação, admite-se que o significado que as pessoas dão às coisas, à sua vida, devam ser os focos de atenção do pesquisador. Isso, naturalmente, leva a considerar a relação objetividade/subjetividade de forma nova.

Na Biblioteconomia ganha força a pesquisa com o usuário e com o contexto onde se dá a informação. É a presença do sujeito, sinalizando alterações em que a subjetividade é apenas controlada, em que o ser humano tem seu comportamento influenciado pelo contexto no qual se situa, tornando-se quase impossível entender o comportamento humano e a informação sem entender o quadro referencial dentro do qual os indivíduos vivem.

A ambigüidade de acontecimentos síncronos aponta para o desafio de abordagens qualitativas, pois ao lado de qualidades pessoais que se acerbam da subjetividade, impõe-se um arcabouço teórico sólido, capaz de sustentar a compreensão e a interpretação de dados.

Assim, com o primado dos métodos qualitativos, vive-se, atualmente, forte tendência de rejeição à estatística como método único para se atingir o conhecimento científico, especialmente nas ciências humanas.

Entende-se que não cabe à ciência descobrir algo, mas construir o conhecimento humano, a partir da sistematização de fatos que não ocorrem de forma isolada na natureza, na sociedade, no homem.

O especialista, por sua vez, não se coloca como um sujeito acima e à parte do contexto histórico cultural. Pelo contrário, ele partilha, com outros indivíduos, valores que organizam paradigmas norteadores de sua atividade científica. Esses paradigmas são responsáveis pela sua forma de ver, de sentir e de viver em sua área. E seu fazer científico se opera, fundamentalmente, pela linguagem

verbal, daí a preocupação com o discurso da ciência, discurso que, por se fazer com a linguagem vem, naturalmente, eivado de subjetividade.

Já se disse que toda teoria se constrói com enunciados universais, com enunciados que ultrapassam as limitações do espaço e do tempo. Seria o caso de perguntar se a ciência que se faz atual, numa abordagem qualitativa, estaria privada da verdadeira teoria.

Para Popper (1972), as teorias destinam-se a racionalizar, explicar e dominar o universo, capturando traços existentes no próprio universo.

Nesta perspectiva logocêntrica, a teoria é constituída por leis, que são enunciados sintéticos universais, suscetíveis de serem submetidos a comprovação. Assim cabe ao cientista encontrar teorias explicativas, o que significa dizer, teorias capazes de, através de suas premissas, levar à dedução de predições.

Essa concepção tomava o sistema científico como constituído de teorias e leis capazes de, através da linguagem, representar os fatos de forma completamente objetiva.

Assinalando a forte relação entre linguagem e fenômenos empíricos, presentes na nossa sociedade, Feyerabend (1977) alerta para o fato de que elas também estão comprometidas com diferentes ideologias.

Não há como negar que a interpretação dos fatos e dos dados de pesquisa passam sempre pela linguagem e que a transformação de enigma em conhecimento se dê pela linguagem. Também o próprio objeto científico se constrói pela linguagem, enquanto representação do real.

Essa relação intrínseca da ciência com a linguagem, vista do ângulo da Biblioteconomia, mostra que já não é mais possível ignorar nem o sujeito, nem o comprometimento das linguagens documentárias com valores ideológicos. Cabe ao especialista a consciência de que as atividades biblioteconômicas se processem sob controle da subjetividade, não sob sua ausência.

INTERDISCIPLINARIDADE

O segundo tema que nos trouxe como sugestão o trabalho de Rojas foi a interdisciplinaridade que, embora não explícita, está presente na gama de disciplinas que compõem o universo da informação.

Na sociedade contemporânea, o termo interdisciplinaridade tem sido encontrado com acepções muito distintas. À sua falta de clareza conceitual, junta-se uma utilização carregada de modismo, que, na maior parte das vezes, mascara a precariedade de conhecimentos específicos.

Em Biblioteconomia está muito presente a concepção de que a área se constitui interdisciplinarmente, em função da articulação do conhecimento de diferentes disciplinas, na composição de sua especificidade. Assim, freqüentemente são mencionadas como disciplinas auxiliares: a lógica, a lingüística, a teoria da comunicação, a informática etc.

Mas é bom observar que, como nas demais áreas das Ciências Sociais, na Biblioteconomia também se faz presente a perda de fronteiras rígidas entre disciplinas. Seria isso a interdisciplinaridade?

É, pois, no plano da constituição das áreas que se situa, a nosso ver, o primeiro questionamento sobre a interdisciplinaridade. É possível haver uma ciência ou uma área interdisciplinar, ou antes, a interdisciplinaridade pode ser tomada como elemento constitutivo de uma ciência ou uma área?

Naturalmente, para que aceitássemos a existência de ciências interdisciplinares, seria fundamental conhecermos ciências inteiramente autônomas, isto é, ciências cuja constituição não se relacionassem com nenhuma outra.

Pensando na Física, por exemplo, cujo caráter científico parece universalmente incontestável, vemos que ela se faz com um núcleo "duro" que lhe é particular e com um complemento de outras áreas como a matemática, a química, a biologia etc.

Se, na prática, as ciências se interrelacionam de alguma maneira e se constituem ciência a partir de um núcleo específico, fica muito difícil falar em ciência interdisciplinar, em área interdisciplinar.

Talvez fosse mais adequado dizer que as ciências têm algum tipo de relação umas com as outras, por força de recortes que, ao longo dos tempos, são feitos sobre a realidade física e social, no sentido de melhor conhecer o todo e mesmo as partes.

Neste sentido, parece necessária uma reflexão sobre o núcleo da Biblioteconomia, para que seja possível identificar sua especificidade.

Qual seria o núcleo desta área? Como afirma Rojas, "La Bibliotecología se ocupa de estudiar como ciertos documentos (libros) pueden acceder al mundo de la información a los lectores. Precisamente conocer las leyes que rigen esa comunicación de los lectores con la 'noosfera' a través del fondo bibliotecario y las actividades que deben realizarse para que se dé esa relación es tarea de la Bibliotecología." Seriam constitutivos do núcleo, a teoria da classificação, os estudos de usuários, a análise documentária?

É exatamente na interface documentos/leitores que se mostram presentes recortes de algumas áreas, na organização do universo de conhecimento da Biblioteconomia. Entre essas áreas destacam-se": ciências da comunicação, lingüística, lógica, psicologia social.

Neste período de transição que dá a sensação de "perda da confiança epistemológica", talvez não possamos fazer uma reflexão sobre a interdisciplinaridade, sem lançar mão de avanços que este tipo de estudo já conseguiu em outras áreas.

Assim, escolhemos a educação como ponto de partida, cientes de que a mudança de paradigma que se esboça, vem afetando sobremaneira a atividade educacional, provocando estudiosos para a discussão que permeia uma prática complexa, na qual se pode falar em atuação interdisciplinar, em procedimento interdisciplinar, pois a interdisciplinaridade se faz na prática, através, fundamentalmente, da linguagem que promove o intercâmbio, a parceria, o diálogo entre pessoas de diferentes áreas, tendo em vista identificar o âmbito do trabalho do educador e ampliar o campo de conhecimento do aprendiz.

Sem a pretensão de fazer um retrospecto histórico, podemos dizer que a revolução socrática modificou a concepção voltada

para a tradição, na medida em que instaurou a supremacia da reflexão com o "conhece-te a ti mesmo", condição necessária para que se possa conhecer a totalidade.

Mas foi com Descartes, no 'século XVIII que houve a valorização da racionalidade com o "Penso, logo existo", concepção da qual a alta especialização da modernidade parece ser tributária.

De fato, o cartesianismo se funda na lógica formal, na objetividade que defende o fracionamento de um objeto, de uma disciplina, para que o olhar se projete sobre partes cada vez menores, com o afastamento deliberado do sentimento.

Parece claro que foi a alta especialização da ciência na idade contemporânea a responsável pela grande fragmentação das disciplinas científicas que, se por um lado trouxeram como benefício o conhecimento cada vez mais particular e profundo sobre objetos, por outro, provocaram certo isolamento do homem, a perda de sua totalidade como ser.

A década de 70 corresponde ao período da construção epistemológica da interdisciplinaridade. De fato, nesta época se explicita o próprio termo cujo pressuposto mobilizador foi a totalidade. Gusdorf, em 1961 pretendeu, através de um projeto apresentado à UNESCO, orientar as Ciências Humanas para a convergência, já prevendo uma diminuição de distância entre elas.

Interdisciplinaridade, então, passou a ser vista como resultado da interação entre disciplinas. Em sentido lato, essa interação pode ir da simples comunicação de idéias, à integração mútua dos conceitos. Essa integração pode, então, se processar no campo epistemológico, terminológico, metodológico. Na prática, um grupo interdisciplinar se compõe de pessoas com diferentes formações, portanto de diferentes disciplinas, com seus conceitos, métodos, dados e linguagens reunidas com um só objetivo de trabalho.

Essa concepção de interdisciplinaridade nasceu, naturalmente, da crise da fragmentação do saber e se constitui num procedimento que visa à superação dessa crise, através da busca da unidade de uma área, da unidade do homem, da unidade do universo.

Neste sentido, a interdisciplinaridade não busca, simplesmente, a fusão de conhecimentos, de sorte a anular a especificidade das áreas fundidas.

A interdisciplinaridade busca, sim, um tipo de reação entre disciplinas/conhecimentos que leve ao entendimento, daí a importância da linguagem, veículo primacial para o diálogo, para a parceria.

Desta forma, a interdisciplinaridade pressupõe o conhecimento aprofundado de cada uma das disciplinas participantes, para que se chegue à construção do todo. De alguma maneira pode-se dizer que o pensamento interdisciplinar recupera um pouco do ideal socrático do "conhece-te a ti mesmo", pressuposto para o conhecimento do todo, para parcerias eficazes, para o diálogo capaz de fazer crescer o conhecimento dos que integram o processo dialógico.

Parece ser consensual que a vida humana seja marcada por contradições. E neste universo contraditório, a alta especialização poderá ter sido responsável não só pelo fracionamento do saber, como por certa morosidade no atendimento a muitas das necessidades do homem, já que não havia preocupação em somar e sim em dividir para aprofundar.

A interdisciplinaridade se coloca, pois, como meio para superação do individualismo, seja no desenvolvimento científico, seja no desenvolvimento técnico, seja mesmo no ensino.

É tal a complexidade de conhecimentos hoje disponíveis, que a sociedade, seguramente, se beneficia com um trabalho de soma, de parceria, de diálogo entre cientistas. A interdisciplinaridade, portanto, se apresenta na sociedade atual como uma proposta de procedimento que busca levar os homens, através do trabalho em parceria, a dividirem suas dúvidas, suas angústias, suas descobertas, em benefício de um todo.

Em última análise, a interdisciplinaridade busca recompor o próprio sentido da vida, daí dizermos que ela se constitui, antes, num procedimento que se adequa às condições do final do século XX, em que os estudos científicos apontam para uma epistemologia em que razão e emoção possam se harmonizar.

No Prefácio do livro de Japiassu, G. Gusdorf assim se expressou: "A exigência interdisciplinar impõe a cada especialista

que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites, para acolher as contribuições das outras disciplinas. Uma epistemologia da complementaridade, ou melhor da convergência, deve, pois, substituir a da dissociação" (p.26).

Vale insistir que, na concepção interdisciplinar, não basta a mera troca de informações entre disciplinas, pois a interação pressupõe comunicação efetiva, comunicação que produza transformações no interior de cada disciplina cooperante.

Na década de 80, estudos sobre interdisciplinaridade explicitaram seu caráter de categoria de ação, desfazendo a concepção de categoria de conhecimento. Alguns pressupostos são também tornados claros por essa época: o procedimento interdisciplinar conta com a flexibilidade e o desenvolvimento próprio de cada uma das disciplinas do conjunto.

Em meio à discussão conceitual sobre interdisciplinaridade, um aspecto é claro: sendo uma categoria de ação que pressupõe a parceria, o diálogo, torna-se impossível admitir qualquer postura autoritária, porque destruidora da articulação, da troca, do questionamento, da busca da interação.

Assumindo a interdisciplinaridade como categoria de ação, acreditamos que, na nova ordem que se prenuncia na Biblioteconomia, faz-se mister retomar a análise de seu núcleo específico.

É preciso que o especialista se reconheça incompleto, mas especialista na sua área, para que possa interagir com outros especialistas na construção "coletiva" do conhecimento. E a construção coletiva só se viabiliza quando há projetos pessoais que possam ser somados, quando há, entre teorias, pontos efetivamente convergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, C. A. B. de. **O Diálogo como fundamento interdisciplinar para o ensino de língua portuguesa**. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1996.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo**. Campinas/São Paulo: Pontes/EDUC, 1991.

- FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARTINS, J. Prefácio. In: Silva, E. T. da. **O ato de ler**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.
- POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1972.

ABSTRACT

A discussion is carried out concerning the text by Rendón Rójas "Hacia um nuevo paradigma en Bibliotecologia" where subjectivity and interdisciplinarity were themes found relevant.

Key words: Subjectivity; Interdisciplinarity; Library science.